

UMA RELAÇÃO SEMÂNTICO-LEXICAL PARA AS ANÁFORAS NÃO CORREFERENCIAIS

Alex de Britto Rodrigues (UFPR)

britto4r@gmail.com

1. Introdução

Este trabalho visa investigar o fenômeno conhecido como “anáfora não correferencial” (associativa e indireta), buscando rastrear alguns mecanismos que a configuram linguisticamente. Mais precisamente, busca elucidar qual o mecanismo semântico que associa uma expressão referencial a um antecedente no discurso, de modo que, mesmo ambos não sendo correferenciais, a expressão anafórica depende do antecedente para determinar seu referente. Sendo esse processo constituído por meio de uma *expressão referencial*, o foco do trabalho recai sobre as anáforas *lexicais* (ou seja, as pronominais são marginais ao escopo analisado). Nesse sentido, a intenção, aqui, não é definir o que é anáfora não correferencial (pois, para isso, seria necessário fazer uma abordagem multidimensional, fugindo do foco proposto), mas sim buscar iluminar a relação linguístico-semântica envolvida em tal processo.

É buscado, primeiramente, mesmo que de modo não definitivo, dizer o que se entende por “anáfora” e justificar esse rótulo para o fenômeno em questão (anáfora não correferencial), já que “‘anáfora’ é um título genérico para um grande emaranhado de problemas” (ILARI, 2005, p. 103). Posteriormente, é almejado um caminho que elucide o tipo de anáfora observado. Para tanto, considerando a hipótese de que as expressões anafóricas ditas não correferenciais “se prendem” às expressões antecedentes por meio de algum mecanismo baseado em uma relação semântica, possivelmente de caráter eventivo, este trabalho objetiva buscar algumas respostas na perspectiva teórica de Ramchand (2008), que dá suporte para esse tipo de consideração. Será pretendido, assim, confrontar a hipótese delineada com exemplos de ocorrências reais, de modo a explorar vantagens e limitações que venham a surgir no andamento da pesquisa.

As considerações sobre o conceito de anáfora estão longe de serem uniformes devido à existência de perspectivas muito diferentes, tanto funcionalistas quanto formalistas. Partindo de uma perspectiva semântica, o conceito de anáfora é aproximado do de dêixis de tal modo que os

dois conceitos não apresentam diferenças relevantes. Tanto a anáfora como a dêixis são vistos como um processo de preenchimento de uma variável por meio de um referente, ou seja, um processo que trata da determinação de um referente para uma dada expressão. A diferença entre os dois conceitos, mesmo que reconhecida, é abstraída, como diria Heim e Kratzer (1998, p. 240, *apud* BASSO, 2009, p. 50): “como semanticistas, nós abstraímos das estratégias de determinação de referência e das condições que elas requerem para funcionar”¹. Desse modo, anáfora e dêixis são tipos de indexação, e em certo estágio de análise isso basta, sendo a diferença entre os dois conceitos irrelevantes.

Sendo assim, ao explorar um tipo de anáfora, o que fazemos é considerar um tipo de preenchimento de variáveis. Todavia, a diferença entre dêixis e anáfora pode ser mantida na medida em que reconhecemos que elas não se esgotam no processo de preenchimento de variáveis, configurando simultaneamente processos semânticos, sintáticos e cognitivos. Desse modo, as especificidades da anáfora, que tem a variável preenchida por meio de um antecedente no discurso, e da dêixis, que promove esse preenchimento por meio do contexto (perceptual ou não), mesmo que comumente dispensadas em certo nível de observação, são consideradas aqui pelo motivo de que anáforas operam relações formais específicas, especialmente as que buscaremos analisar neste trabalho. É importante frisar que tal consideração difere da perspectiva funcional porque o objetivo desta é procurar responder como ocorre a manutenção, promovida pelos interlocutores, do referente ou do fluxo informacional (cf. BASSO, 2009, p. 51). Além disso, a perspectiva funcionalista vai muito além de considerar o processo de preenchimento de variáveis e as relações linguísticas concernentes à anáfora, cunhando a ideia de que “referência é, sobretudo, um problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso constrói os ‘objetos’ a que faz remissão (‘objetos de discurso’), ao mesmo tempo que é tributário dessa construção”. (KOCH, 2006).

Nesse sentido, o foco de uma perspectiva funcionalista é outro, pois procura dar relevância a questões extralinguísticas, em um nível de processamento sociocognitivo e discursivo. A perspectiva aqui assumida, mesmo levando em conta a especificidade da anáfora, especificidade comumente considerada em uma perspectiva funcionalista (já que a dife-

¹ “as semanticists, we abstract away from the strategies of reference resolution and the conditions they require to succeed”.

rença entre anáfora e dêixis não é normalmente vista do ponto de vista estritamente semântico, mas sim do ponto de vista perceptual ou processual), encontra-se em um quadro formal porque visa não extrapolar o sistema linguístico ou sistema subjacente a ele e busca explicar o processo do tipo de anáfora analisada (não correferencial) com apoio de uma teoria baseada em estrutura eventiva (RAMCHAND, 2008), de uma perspectiva formal. Porém, como é notado que os funcionalistas procuram, mais que os formalistas, definir anáfora, frente ou não à dêixis (cf. BASSO, 2009, p. 52), o fato de a anáfora não correferencial ser tratada mais por funcionalistas é previsível, e em um panorama sobre as abordagens a tal fenômeno, é inevitável não comentar perspectivas funcionalistas, o que será feito na próxima seção.

2. *Abordagens textuais à anáfora não correferencial*

Uma anáfora não correferencial consiste em uma expressão anafórica que não possui o mesmo referente que seu antecedente. Esse tipo de anáfora é comumente subdividido em anáfora associativa e anáfora indireta, havendo divergências sobre essa divisão. Segundo Alves (2009, p. 35-39), Kleiber sugere uma definição e uma classificação, sob critérios estritamente semânticos, da anáfora associativa. As considerações de Kleiber apontam, assim, que há relações entre itens lexicais (relações léxico-estereotípicas) no processo desse tipo de anáfora, e os tipos dessas relações resultariam as subclasses de anáforas associativas: meronímicas, locativas, actanciais e funcionais. Farei uma breve explanação dessas subclasses a partir de exemplos conhecidos dos autores que tratam dessas anáforas.

Em “Não pegue a xícara amarela. A *asa* está quebrada.” (SCHWARZ, 2000 *apud* ALVES, 2009, p. 36), a *asa*, expressão cuja configuração indica um referente conhecido, é parte de a *xícara*, constituindo, portanto, uma relação parte-todo, ou meronímica. Já no exemplo famoso de Kleiber “Chegamos a uma cidadezinha. A *igreja* ficava no alto de uma colina.” (KLEIBER, 2001 *apud* ALVES, 2009, p. 37), a *igreja* relaciona-se com *cidadezinha*, pois a igreja se encontra em tal cidadezinha, constituindo uma anáfora associativa do tipo locativa. Em “A operação se passou bem. O *operado* e o cirurgião até mesmo brincaram juntos.” (KLEIBER, 2001, p. 324 *apud* ALVES, 2009, p. 38), o *operado* relaciona-se com a *operação* por ser um dos argumentos, actantes, da predicação de operação/operar. Por fim, em “Esse livro está em inglês, mas o *autor* é

russo.” (ALVES, 2009, p. 39), entre *o autor* e *esse livro* há uma relação em que uma expressão apresenta uma entidade-fonte de outra, configurando uma anáfora associativa funcional.

Em relação à denominação *anáfora indireta*, Alves (2009, p. 41) parte de considerações de Marcuschi (2000), que cita o exemplo: “Essa história começa com uma família que *vai a uma ilha* passar suas férias. /.../ Quando amanheceu eles foram ver como estava *o barco*, para ir embora e perceberam que o barco não estava lá.” (MARCUSCHI, 2000 *apud* ALVES, 2009, p. 41). Nesse exemplo, a expressão *o barco* não se relacionaria a um antecedente explícito, mas seria ancorada à informação contida em *vai a uma ilha*, sem que haja uma relação lexical, como no caso das associativas. Haveria, então, uma relação de uma expressão anafórica com uma âncora (algo no discurso prévio que não se relaciona de modo estritamente lexical com o anafórico), e essa relação seria estabelecida por processos cognitivos e interacionais mais gerais.

Alves (2009, p. 47) afirma, contudo, que não há diferenças substanciais entre anáfora associativa e anáfora indireta, a julgar, principalmente, pela semelhança entre exemplos comumente dados pelos autores. Em “Ontem fomos a *um restaurante*. *O garçom* foi muito deselegante e arrogante.” (MARCUSCHI, 2000), há um caso apontado como de anáfora indireta, mas percebemos que é semelhante à anáfora associativa funcional. Todavia, nesse exemplo, de acordo com Alves (2009, p. 47), apenas haveria um processamento cognitivo (sem base em uma relação lexical) mais elaborado do que nas anáforas associativas, isto é, haveria apenas uma diferença de escala de processamento.

Essa possível diferença talvez se mostre relevante, no decorrer da pesquisa, para o foco aqui proposto. De todo o modo, não trabalharei, enquanto essa diferença não se mostrar realmente pertinente, com os rótulos *anáfora associativa* e *anáfora indireta*, mas apenas com o *anáfora não correferencial*. E para que a anáfora não correferencial seja reconhecida, como já foi dito, é preciso que a referência da expressão anafórica seja identificada pela relação desta com algum elemento precedente.

Buscar essa relação, seguindo critérios semânticos, conforme já apontado, é o principal objetivo deste trabalho. Entretanto, a abordagem que será desenvolvida aqui é relevantemente diferente da de Kleiber, mesmo que esse autor procure se ater a considerações estritamente semânticas. O que podemos notar, na verdade, é que as considerações de Kleiber não vão muito além de identificar uma relação entre *englobante* e

englobado (KLEIBER, 2001, p. 80 *apud* ALVES, 2009, p. 33), sendo a classificação que o autor sugere baseada em descrições de tipos dessa relação. Assim, para o autor, tal relação se dá pelo fato de a expressão anafórica ser uma das entidades expressas pelo antecedente, isto é, uma das entidades englobadas no antecedente. Sem discutir os problemas de tal concepção¹, atenho-me a dizer que a abordagem teórica seguida aqui será diferente, assemelhando-se à de Kleiber somente pelo fato de considerar que há alguma relação lexical entre a expressão anafórica e o antecedente.

3. *Procurando relações lexicais nas anáforas não correferenciais*

Partindo do pressuposto de que o léxico corresponde a diferentes tipos de informações, algumas linguisticamente analisáveis e outras não (GRIMSHAW, 2005, p. 75), é preciso buscar uma abordagem a tais informações que nos permita observar relações pertinentes para o objetivo proposto. Para tanto, convém assumir a consideração de Grimshaw (2005, p. 76) de que o significado lexical se manifesta de duas formas: uma, linguisticamente ativa, chamada por ela de *estrutura semântica*; e a outra, linguisticamente inativa, chamada de *conteúdo semântico*.

Essa consideração é compartilhada por outros autores (GRIMSHAW se remete a PINKER, 1989, 1994) de diferentes modos², e aponta para a busca pela “estrutura semântica”, pois é o que é analisável. Um exemplo que Grimshaw (2005, p. 76) usa para ilustrar os dois tipos de significados que um item lexical carrega é a diferença entre as palavras *cachorro* e *gato*. Tais palavras possuem a mesma estrutura semântica, ou seja, não possuem diferenças sistemáticas analisáveis linguisticamente, mas possuem conteúdos semânticos diferentes³. Em tratamentos sobre o léxico, essa estrutura analisável é tratada de diversos modos, sendo o conteúdo não sistematicamente analisável deixado de lado, em algum lu-

¹ Alves (2009, p. 34) comenta como o exemplo “João morreu. A *viúva* estava inconsolável.” gera problemas para a ideia sobre a relação entre englobante e englobado, já que não podemos dizer que a *viúva* é um termo englobado de *morreu*.

² Podemos mencionar, como exemplo de outros autores que partem da distinção entre o que é linguisticamente analisável no léxico e o que não é, Marantz (1996) e Ramchand (2008), autores que usam o conceito de “Enciclopédia” para o que não entra na computação semântico-linguística.

³ Marantz (1996) cita o mesmo exemplo para dizer que a diferença entre as palavras *cachorro* e *gato* está na Enciclopédia (ver nota 4).

gar (Enciclopédia, conhecimento de mundo, etc.) que as abordagens teóricas tendem a não investigar.

Pustejovsky (1996) busca tratar do que é linguisticamente analisável (da “estrutura semântica”) por meio da relação entre composicionalidade e o significado lexical. Para o autor, a informação lexical, dentro de um léxico gerativo, é organizada em um sistema computacional que compreende, pelo menos, os seguintes níveis de representação: estrutura argumental (número e tipo de argumentos lógicos, realizados sintaticamente), estrutura de eventos (tipos de eventos e de subeventos contidos no evento), estrutura *qualia* (modo como um determinado item lexical se caracteriza e que lhe dá força relacional). Essa última estrutura se especifica em alguns papéis: constitutivo – relação entre um objeto¹ e suas partes; formal: distinção do objeto em um domínio maior; télico – propósito e função do objeto; e agentivo – fatores envolvidos no surgimento do objeto, na origem.

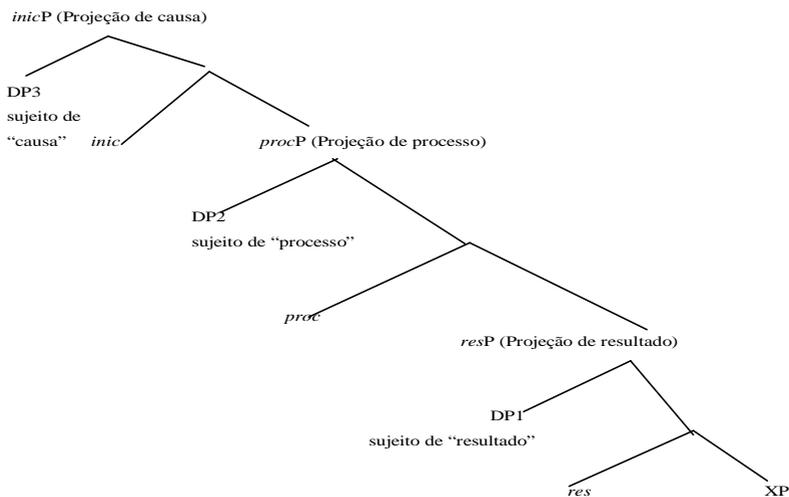
Sem a intenção de me aprofundar nesses elementos que Pustejovsky considera básicos em uma abordagem ao significado lexical, é interessante notar que o pensamento de Kleiber sobre a anáfora associativa constituir uma relação entre englobante e englobado parece capturar apenas uma relação *qualia* do tipo formal, não alcançando nenhum outro elemento apontado como pertinente e básico por Pustejovsky. Por mais que não seja feita, aqui, uma análise aprofundada dos níveis de representação de Pustejovsky, é levado em conta que os elementos apontados (estrutura argumental, estrutura de evento, aspectos definidos no *qualia*) são importantes para a caracterização e funcionamento do léxico. Nesse sentido, uma abordagem que estruture esses diversos elementos e contemple a relação entre eles é buscada. A proposta de Ramchand (2008), mesmo que considerando de maneira diferente os elementos mencionados por Pustejovsky, parece produtiva nesse sentido.

Em sua concepção sobre a constituição e o comportamento do léxico, Ramchand (2008) procura determinar os elementos que operam dentro de um sistema de combinação que capture as generalizações fundamentais a respeito de noções como papéis temáticos, estrutura de eventos (*aktionsart*) e seleção lexical. Assim, a autora estabelece uma estrutu-

¹ Sem a intenção de buscar uma definição precisa de “objeto”, é entendido, aqui, que ele é um particular concreto, diferente de elementos como “eventos” e “propriedades”.

ra eventual sintaticamente representada em que subeventos possuem projeções com determinados primitivos.

Para Ramchand, são três os subeventos encontrados na estrutura: um subevento de causa, um de processo e um de resultado. Cada subevento possui, respectivamente, um argumento com um papel específico: iniciador, *undergoer* e resultante. Outros argumentos que não possuem relações aspectuais constituem material remático: *rema* e *path*. Esses primitivos são projetados na seguinte estrutura:



Nessa árvore, *inic*, *proc* e *res* são os núcleos das três projeções correspondentes aos três subeventos. DP3, DP2 e DP1 correspondem aos especificadores: iniciador, *undergoer* e resultante, respectivamente. Posta essa representação, percebe-se que ela indica uma hierarquia de projeções, a ser explicada e justificada.

A projeção *procP* é necessária em todos os predicados dinâmicos, uma vez que é a única projeção que indica mudança no tempo. *inicP* e *resP* não precisam estar presentes, sendo que representam subeventos estativos. *inicP* está presente quando é expressa uma causa, uma entidade que inicia um processo, enquanto *resP* está presente quando há um resultado expresso. Nesse sentido, uma justificativa para esses serem os primitivos de um evento dinâmico é pensar que esse evento necessita ser representado por uma porção dinâmica (*proc*), que pode ter um ponto de início (*inic*) e um ponto final (*res*). Desse modo, a existência desses pri-

mitivos é justificada por eles estarem presentes na constituição do percurso principal estabelecido por um evento dinâmico. É importante observar que a causa e o resultado do evento são vistos como subeventos de estado, já que causa e resultado não são necessários para haver um evento dinâmico.

Em um evento com esses três subeventos, *inic* implica *proc*, e este implica *res*, justificando a hierarquia proposta pela árvore. Além disso, essa hierarquização é evidenciada pelo fato de a diferença entre *inic* e *res* ser estabelecida pela posição hierárquica (a posição na árvore), já que os dois núcleos não se diferenciam pelo tipo de subevento, pois ambos são estados. Ou seja, é a posição hierárquica que define a diferença entre a causa e o resultado.

Assim, em um predicado como “desarmar a bomba” (traduzido do exemplo da autora em inglês), teríamos, primeiramente, um processo que se combina com um resultado. Essa combinação, por sua vez, seria recombinaada com uma causa/início, já que esse predicado pede um elemento iniciador. Sendo assim, é sugerida a representação: desarmar a bomba (e) = e1 → (e2 → e3), em que e1, e2 e e3 são os subeventos de causa, processo e resultado, respectivamente.

Além desses elementos mais básicos da estruturação proposta (os núcleos *inic*, *proc*, *res*; e seus especificadores (iniciador, *undergoer* e resultante), outros, que correspondem aos complementos dos núcleos, aparecem. Esses outros elementos formam o material remático e não são referenciados na estrutura de evento, não recebem predicação nem constituem seus próprios subeventos. O que eles fazem é prover os subeventos de certas propriedades. O material remático pode ser configurado como um *rema* ou como um *path*, a depender da propriedade que ele indica no subevento. Se o evento for estativo, não é possível estar presente um *path*, já que este implica mudança no tempo. Do mesmo modo, *path* não pode estar presente nos subeventos projetados por *inic* e *res*, ambos estados, ou seja, *path* apenas descreve o subevento de processo.

Nesse sentido, um evento configurado por um predicado estativo apresenta apenas *rema*, nunca *path*, já que não contém uma projeção P-*proc*. Esses eventos, formados com verbos estativos, possuem apenas *inic*, mas este não é considerado um causador de fato, já que para isso precisaria implicar *proc*. Então, *inic* implica apenas um estado. Esclarecendo os primitivos dessa estrutura, a autora os exemplifica, mostrando como se configuram seus papéis.

Iniciadores são entidades que possuem a propriedade denotada pelo subevento de iniciação, que permite o surgimento do subevento de processo. Exemplos¹ (em itálico):

- 1) *A pedra* quebrou o vidro.
- 2) *Karena* dirigiu o carro.

Undergoers são entidades que sofrem alterações de posição/estado. São homomorficamente relacionados com *paths*, ou seja, a escala/medida do movimento/mudança que o *undergoer* sofre é mensurada à medida que o *path* é “percorrido”. Exemplos:

- 3) *Karena* dirigiu *o carro*.
- 4) *A bola* rolou.

Exemplos de *path*:

- 5) *Karena* percorreu *a trilha*.
- 6) *Michael* correu *até a loja*.

Resultantes são entidades que possuem a propriedade de resultado. Exemplo:

- 7) *Michael* jogou o cachorro para fora.

Grounds de resultado formam o material remático que possui uma propriedade não gradual que descreve o estado resultativo. Exemplos:

- 8) *Karena* entrou *na sala*.
- 9) *Keyleigh* chegou *na estação*.

Observemos que esse último papel temático (*ground*), por descrever um subevento sem constituir subevento próprio, configura, assim como o *path*, um material remático.

Também são possíveis papéis compostos, como *undergoer*-iniciador e resultante-*undergoer*. Em ambos os casos, um mesmo argumento possui dois papéis. Exemplos:

- 10) *Karena* correu até a árvore. (*undergoer*-iniciador)
- 11) *Kayleigh* dançou. (*undergoer*-iniciador)

¹ Todos os exemplos desses papéis argumentais são adaptados da própria autora.

12) Michael empurrou *o carro* até a loja. (resultante-*undergoer*)

13) Katherine quebrou *o palito*. (resultante-*undergoer*)

Com esses elementos postos, é possível dizer que um evento connecta itens lexicais em uma estrutura baseada em determinados primitivos. É com essa conexão, dada no modelo combinatório proposto, que será trabalhado para tentar esclarecer a relação entre uma expressão anafórica e seu antecedente não correferencial. Nesse sentido, partimos da hipótese de que há uma estrutura eventiva por trás de tal relação, restando explicar como esta ocorre.

Escolhamos um exemplo, já citado, de Kleiber para verificar como se daria isso:

14) A operação se passou bem. *O operado* e o cirurgião até mesmo brincaram juntos.

Nesse exemplo, *o operado* relaciona-se com a expressão *a operação*. Pensando na arquitetura sugerida por Ramchand, podemos dizer que *operação*, um verbal, corresponde a um evento dinâmico, isto é, esse item lexical carrega, pelo menos, o traço *proc*, núcleo¹ da projeção de processo. Recordando que o especificador de *proc* recebe o papel de *undergoer*, ligado ao argumento que sofre alteração de mudança/estado, constatamos que tal argumento corresponde a *o operado*. Desse modo, encontramos uma relação entre expressão anafórica e seu antecedente baseada na estrutura eventiva de sintaxe de primeira fase.

Vejamos um exemplo de anáfora não correferencial dado Kleiber e como podemos analisá-lo:

15) Esse livro está em inglês, mas *o autor* é russo.

Primeiramente, podemos assumir que *o autor* é “fonte” de *esse livro*, conforme diz Kleiber. Mas, analisando esse exemplo sob a luz da estrutura eventiva proposta, percebemos que *esse livro* e *o autor* fazem parte do mesmo evento, em que há uma relação de *escrever* estabelecida. Nessa relação, *o autor* é o iniciador e *esse livro* é o *path*, já que um verbo implícito *escrever* possui como complemento, no exemplo dado, algo a ser criado, e essa criação descreve o percurso da escrita, finalizada quando *esse livro* estiver pronto.

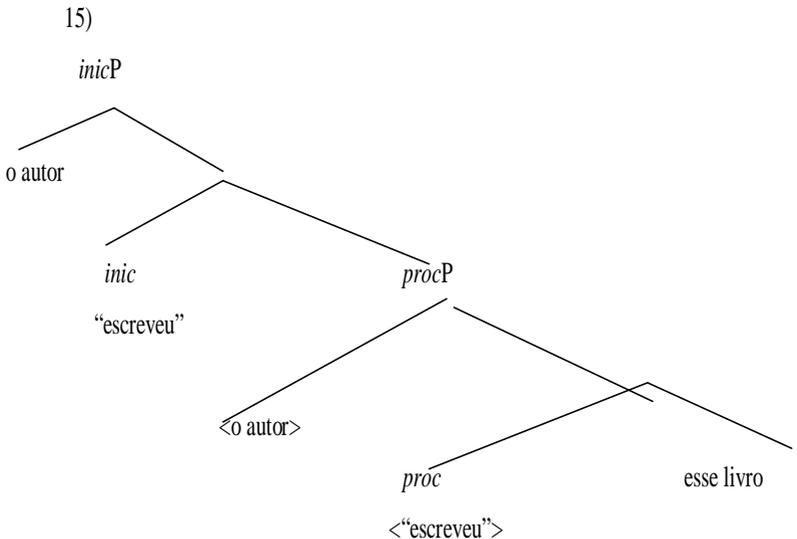
¹ Ramchand chama *inic*, *proc* e *res* ora de núcleos de projeção dos subeventos (conforme vemos na estrutura), ora de traços de categoria.

Esse exemplo analisado corresponde ao que Kleiber chama de *anáfora associativa funcional*. Vejamos outro exemplo do autor que também corresponde a essa subclassificação e verifiquemos se as observações expostas no parágrafo anterior se repetem:

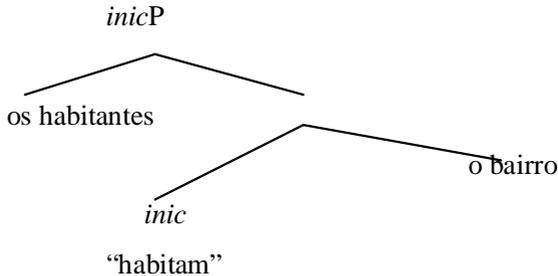
16) O bairro fica vazio durante o dia. *Os habitantes* trabalham no centro.

Nesse exemplo, vemos que a relação entre *os habitantes* e *o bairro* se dá por meio de um evento do tipo *habitar*, sendo que *os habitantes habitam o bairro*. O verbo implicado *habitar* é do tipo estativo, ou seja, o único traço categorial que carrega é *inic*. O complemento de tal tipo de verbo é o um material remático, uma vez que não há uma projeção *procP* como complemento. Assim, *os habitantes* ocupam a posição de especificador de *inic*, enquanto *o bairro* é um *rema*.

Como podemos notar que esses dois últimos exemplos, que Kleiber classifica do mesmo modo, configuram estruturações muito diferentes. Ao passo que o evento implicado em 15 possui as projeções *inicP* e *procP*, o evento implicado em 16 possui apenas a projeção *inicP*. Seriam assim representados:



16)



Como se pode notar, a classificação proposta por Kleiber para esses dois exemplos deixa de captar diferenças importantes. Além disso, deixaria de captar generalizações válidas, como a que relaciona o tipo de estrutura em 16 com exemplos que Kleiber classificaria de modos distintos, como pertencentes à anáfora associativa meronímica.

Essas observações são apenas exemplos de análises, buscando-se relações (entre expressões anafóricas não correferenciais e seus antecedentes) que capturem generalizações importantes, ou diferenciem os casos de acordo com especificidades relevantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVES, Antonia Suele de Souza. *Anáforas indiretas: uma rediscussão dos critérios classificatórios*. 2009. 116 f. Dissertação de mestrado em linguística. Universidade Federal do Ceará, Recife, 2009.

CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Linguísticos (IEL/UNICAMP)*, Campinas, n. 4, p. 105-118, jan./jun., 2003.

GRIMSHAW, Jane. *Words and structure*. Chicago: CSLI, 2005.

ILARI, R. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCH, I. V. et al. (Orgs.). *Referenciação e sentido*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, I. G. V. Linguística textual hoje: questões e perspectivas. In: SILVA, D. E. G. (Org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cânone, 2006.

MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede ou cognição social. In: _____. *Sentido e significação*: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

PUSTEJOVSKY, James. *The generative lexicon*. Cambridge: The MIT press, 1995.1996.

RAMCHAND, Gillian C. *Verb meaning and the Lexicon: First Phase Syntax*. Cambridge: Cambridge University press, 2008.